



ARTIGOS - ARTICLES

A virada internacional na História Intelectual*

David Armitage
History Department
Harvard University
armitage@fas.harvard.edu

tradução de Fábio Sapragnas Andrioni

Como citar este artigo: Armitage, David. "A virada internacional na História Intelectual". Traduzido por Fábio Sapragnas Andrioni. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 1-15. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Historiadores de todos os campos recentemente têm se movimentado na direção de estudos que são descritos variadamente como internacional, transnacional, comparativo e global. Seus esforços não têm sido idênticos em alcance, em matéria ou em motivação, e nem existe algum consenso sobre como as abordagens não nacionais da história deveriam ser diferenciadas entre si. A semelhança familiar que liga essas abordagens é o desejo de ir acima ou além das histórias dos Estados definidos pelas nações e das nações delimitadas por Estados. Tomados em conjunto, esses projetos abrangem a “*international turn*” na escrita da história. Nesse caso, a melhor maneira de proceder é retornar às raízes da história intelectual, no período anterior ao que a historiografia fora adotada como a serva dos Estados nacionais.

Palavras-chave: história intelectual – virada internacional – história contemporânea – história transnacional – história global.

The international turn in Intellectual History

Abstract: Historians in all fields have more recently been moving towards studies they describe variously as international, transnational, comparative, and global. Their efforts have not been identical in scope, in subject matter, or in motivation, nor is there any consensus on how these non-national approaches to history should be distinguished from each other. The family resemblance that links these approaches is the desire to go above or beyond the histories of states defined by nations and of nations bounded by states. Taken together, these projects comprise the international turn in historical writing. In this case, the best way to proceed is to return to the roots of intellectual history itself in the period before historiography had been adopted as a handmaiden of national states.

Keywords: intellectual history – international turn – contemporary history – transnational history – global history.

* Artigo originalmente publicado em: David Armitage, “The International Turn in Intellectual History”, In *Rethinking Modern European Intellectual History*, ed. Darrin M McMahon and Samuel Moyn (New York: Oxford University Press, 2014), pp. 232-252.

... ideas are the most migratory things in the world.¹

(Arthur O. Lovejoy, 1940)

On croit souvent que la vie intellectuelle est spontanément internationale. Rien n'est plus faux.²

(Pierre Bourdieu, 1990)

Na maior parte da existência do ofício histórico, na maior parte do mundo, os historiadores estiveram comprometidos com o nacionalismo metodológico. Como a maioria dos outros cientistas sociais, eles assumiram que nações com identificação própria, organizadas politicamente em Estados, eram os objetos primários do estudo histórico.³ As principais tarefas dos historiadores eram narrar adequadamente como os Estados-nações emergiram, como eles se desenvolveram e como eles interagem com os outros. Até mesmo os historiadores cujos trabalhos deliberadamente atravessaram as fronteiras das histórias nacionais trabalharam em cima de linhas similares. Por exemplo, historiadores da diplomacia usaram arquivos nacionais para reconstruir as relações entre Estados. Historiadores da imigração traçaram a chegada e a assimilação de novos povos nos Estados existentes.⁴ E historiadores do império estudaram impérios como extensões das histórias nacionais, apesar de geralmente manterem uma separação severa entre a história dos Estados metropolitanos (a maioria na Europa) e suas colônias (a maioria fora da Europa). Em todos esses campos, a substância da história constituía-se de estabilidade, e não de mobilidade, do que era fixo, e não do que era misto.

Historiadores de todos os campos recentemente têm se movimentado na direção de estudos que são descritos variadamente como internacional, transnacional, comparativo e global. Seus esforços não têm sido idênticos em alcance, em matéria ou em motivação, e nem existe algum consenso sobre como as abordagens não nacionais da história deveriam ser diferenciadas entre si. Historiadores internacionais frequentemente tomam como verdade a existência de uma sociedade de Estados, mas olham além das fronteiras dos Estados para mapear as relações entre eles, desde a diplomacia e as finanças até as migrações e as trocas culturais. Historiadores transnacionais examinam processos, movimentos e instituições que vão além das fronteiras territoriais: por exemplo, o meio-ambiente, o crime organizado, epidemias, corporações, religiões e os movimentos sociais internacionais. Historiadores comparativos lidam com assuntos históricos distintos – os quais são normalmente, mas nem sempre, definidos nacionalmente – em conjunto entre si, embora nem sempre com bases em qualquer conexão histórica real entre seus objetos de estudo. E os historiadores globais tratam da história e das pré-histórias da globalização, das histórias dos objetos que se tornaram universalizados e das conexões entre áreas sub-globais, tais como as dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. A semelhança familiar que liga essas abordagens é o desejo de ir acima ou

¹ Arthur O. Lovejoy, 'Reflections on the History of Ideas,' in *Journal of the History of Ideas* 1 (1940): 4.

² Pierre Bourdieu, 'Les conditions sociales de la circulation internationale des idées,' in *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte/Cahiers d'Histoire des Littératures Romanes* 14 (1990), 2.

³ '... a nation is a community of sentiment which would adequately manifest itself in a state of its own; hence, a nation is a community which normally tends to produce a state of its own': Max Weber, *From Max Weber: Essays in Sociology*, ed. H. H. Gerth and C. Wright Mills, new edn. (London: Routledge, 1991), 176; "... uma nação é uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio; daí, uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio", Max Weber, *Ensaio de sociologia*. (Rio de Janeiro: LTC, 1982), 207.

⁴ Andreas Wimmer e Nina Glick Schiller, 'Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology,' in *International Migration Review* 37 (2003), 576-610.

além das histórias dos Estados definidos pelas nações e das nações delimitadas por Estados. Tomados em conjunto, esses projetos abrangem a “*international turn*”⁵ na escrita da história.⁶

Esta “*international turn*” representa, talvez, o maior movimento transformador da historiografia desde o surgimento da história social nos anos 1960 e do “*linguistic turn*”, nos anos 1970⁷. Por que ela está acontecendo simultaneamente em meio a tantas áreas de trabalho da história seria uma boa questão para a história intelectual. Contudo, ela coloca um problema específico para os historiadores intelectuais, que têm, até agora, escrito pouco sobre a “*international turn*”. Essa ausência de compromisso pode ser atribuída, em parte, ao materialismo reinante em muitos ramos históricos que, em seus campos, abrangem a “*international turn*”. Historiadores do capital, do império e da imigração, ao lado de sociólogos e arqueólogos com ambições globais, têm conduzido o debate sobre esse movimento e produzido muitos dos principais trabalhos de síntese. Para tais historiadores, ‘cada época tem o pensamento que necessita’ – Budismo, Cristianismo, Islamismo: é tudo a mesma coisa.⁸ Para eles, a história intelectual parece imaterial nos dois sentidos do termo: um tipo de história “do pescoço pra cima”, lidando com imaginações insubstanciais de seres não corpóreos do espaço interior. O principal desafio para os historiadores intelectuais é como combater esse ceticismo sem sucumbir ao reducionismo ou dissolver a identidade de seu campo. Nesse caso, a melhor maneira de proceder é retornar às raízes da história intelectual, no período anterior ao que a historiografia fora adotada como a serva dos Estados nacionais.

A história intelectual pode reivindicar, justificadamente, ter sido história internacional “*avant la lettre*”. Como Donald Kelley mostrou, os primeiros praticantes de história das ideias, desde Thomas Stanley, na Inglaterra de meados do século XVII, a Victor Cousin, na França pós-Napoleônica, produziram trabalhos que eram notavelmente cosmopolitas em conteúdo e em caráter. Esses historiadores emergiram de tradições do ecletismo filosófico, remetendo a Diógenes Laércio, mas apareceram, mais diretamente, dos debates epistemológicos do começo da modernidade, nos quais ideias eram consideradas independentes de suas origens, fossem nacionais ou outras.⁹ Estas primeiras formas de história das ideias foram produtos característicos da uma República das Letras que era conscientemente supranacional em suas filiações e na natureza de suas trocas acadêmicas. A *Respublica literarum* ‘abrange o mundo inteiro e é composta de todas as nacionalidades, de todas as classes sociais, de todas as idades e de ambos os sexos’ escreveu um de seus cidadãos, o acadêmico e literato francês Bonaventure d’Argonne, em 1699: ‘todas as línguas, as antigas, assim como as modernas, são faladas’. Dentro de uma comunidade global que se estendia da China até o Peru, ‘ideias são sem cor, sem idade, sem raça, sem gênero – e, a isso, poderia ser adicionado: sem lugar e sem estado.’¹⁰

A história intelectual nasceu internacional e continuou assim por muito tempo após o surgimento do nacionalismo dentro da profissão do historiador e fora dela. A lógica da

⁵ Armitage usa “*international turn*” pensando na “*linguistic turn*”. Como, no Brasil, às vezes se usa “*linguistic turn*”, às vezes, virada linguística, aqui, usamos “*international turn*”, mas pode ser também “virada internacional” (N.T.).

⁶ Patricia Clavin, ‘Defining Transnationalism,’ in *Contemporary European History* 14 (2005), 421-39; C. A. Bayly, e outros, ‘AHR Conversation: On Transnational History,’ in *American Historical Review* 111 (2006), 1441-64; Pierre-Yves Saunier, ‘Transnational,’ in Akira Iriye and Pierre-Yves Saunier, eds., *The Palgrave Dictionary of Transnational History (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009), 1047-55; Iriye, Iriye, Global and Transnational History: The Past, Present, and Future* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013).

⁷ Para uma discussão mais ampla dos “*turns*” recentes na escrita da história, ver Judith Surkis e outros, ‘AHR Forum: Historiographic “Turns” in Critical Perspective,’ *American Historical Review* 117 (2012), 698-813.

⁸ Ian Morris, *Why the West Rules—For Now: The Patterns of History, and What They Reveal About the Future* (London: Profile Books, 2010), 420, 476, 568, 621.

⁹ Donald R. Kelley, *The Descent of Ideas: The History of Intellectual History* (Aldershot: Ashgate, 2002), chs. 1-2.

¹⁰ Bonaventure d’Argonne, quoted in Anthony Grafton, ‘A Sketch Map of a Lost Continent: The Republic of Letters,’ in Grafton, *Worlds Made by Words: Scholarship and Community in the Modern West* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009), 9.

soberania territorial marcou-a muito menos do que outras áreas de investigação histórica e tornou-se artigo de fé, entre historiadores das ideias, que seus objetos de estudo escapavam das fronteiras nacionais. Por exemplo, a ‘New History’, de Frederik Jackson Turner e James Harvey Robinson, que foi pioneira nos EUA, no fim do século XIX, questionava a historiografia nacionalista no momento de seu nascimento e extraiu inspiração dos fenômenos históricos que escapavam das garras da historiografia nacionalista. Como Turner notou em 1891, ‘Ideias, até mesmo mercadorias, recusam os limites de uma nação... isso é verdade, especialmente no nosso mundo moderno, com seu comércio complexo e com meios de conexão intelectual’.¹¹ Meio século depois, o pai fundador da história moderna das ideias, Arthur O. Lovejoy, poderia estar relembando as palavras do Turner quando afirmou, em 1938: ‘Ideias são mercadorias, as quais entram no comércio entre Estados’. Como essas ideias eram manufaturadas e como elas viajavam, quem as traficava e quem as consumia, não eram questões que o historiador das ideias clássico pensava perguntar: isso era uma tarefa que ele deixava para os especialistas em literatura comparada, ‘entendida como o estudo das relações intelectuais internacionais’.¹² Somente com o advento da história social das ideias e da história do livro que tais preocupações materiais concerniram aos historiadores intelectuais. Esse novo ramo da história intelectual também proclamou seu internacionalismo, como uma história dos *livres sans frontières* uniu-se a uma história das ideias sem fronteiras.¹³ ‘Pela sua própria natureza, livros se recusam a estar contidos dentro de qualquer disciplina’, argumentou Robert Darnton, em 1994: ‘Eles também recusam o respeito às fronteiras nacionais’.¹⁴

A resistência inata da história intelectual ao nacionalismo poderia ter tido o efeito paradoxal de tornar difícil, para o campo, a “*international turn*” nos anos mais recentes. Por os historiadores intelectuais não precisarem rejeitar as categorias nacionais ou adotar alternativas cosmopolitas para elas, eles poderiam estar metodologicamente despreparados para tal movimento. De fato, a “*international turn*” tem chegado tardiamente na história intelectual, como um equivalente acadêmico dos saltos tecnológicos, conforme o campo muda do não nacional ao supranacional sem ter se detido totalmente nas estruturas nacionais.¹⁵ Esse movimento implica em encarar algumas das deficiências da história intelectual tal como ela é tradicionalmente praticada, especialmente sua resistência a considerar as dimensões espaciais do contexto. Isso também demanda uma insistência maior sobre as contribuições distintas que a história intelectual pode dar, de forma mais geral, para uma “*international turn*” mais ampla. No entanto, historiadores intelectuais possuem algumas das melhores ferramentas disponíveis para traçar o surgimento de categorias como internacional e global, para rastrear a circulação de ideias e para enfrentar alguns dos desafios trazidos pela “*international turn*”, entre eles, os perigos do idealismo, do classicismo e do presentismo, e os desafios de redefinir o contexto. A história intelectual poderia, por isso, ter tanto a oferecer para a “*international turn*” quanto a “*international turn*” tem a oferecer para a história intelectual.

* * * * *

¹¹ Frederick Jackson Turner, ‘The Significance of History’ (1891), in Turner, *The Early Writings of Frederick Jackson Turner*, ed. Everett E. Edwards (Madison: The University of Wisconsin Press, 1938), 57; Peter Novick, *That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), 89-95.

¹² Arthur O. Lovejoy, ‘The Historiography of Ideas’ (1938), in Lovejoy, *Essays in the History of Ideas* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1948), 3, 1.

¹³ Leslie Howsam and James Raven, ‘Introduction,’ in Howsam and Raven, eds., *Books between Europe and the Americas: Connections and Communities, 1620-1860* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011), 1.

¹⁴ Robert Darnton and Krassimira Daskalova, ‘Book History, the State of Play: An Interview with Robert Darnton,’ in *SHARP News* 3, 3 (Summer 1994): 2.

¹⁵ Margrit Pernau, ‘Whither Conceptual History? From National to Entangled Histories,’ in *Contributions to the History of Concepts* 7 (2012), 1-11.

Uma década atrás, eu sugeri que ‘um renascimento na história do pensamento internacional’ estava começando e que poderia ‘abrir novos diálogos entre historiadores, teóricos políticos, acadêmicos de Relações Internacionais e advogados internacionais’¹⁶. O renascimento está agora em um curso bom e tem produzido os primeiros frutos da “*international turn*” da história intelectual. Essa renovação da história do pensamento internacional marca as três fases mais recentes das relações entre história intelectual e história internacional: uma era de conciliação que foi desde o fim da I Guerra até os anos 50; uma era de estranhamento, que percorreu o começo dos anos 60 até metade dos anos 90; uma era de reaproximação que está ainda em progresso.

Na era inicial de conciliação, historiadores das ideias foram, com frequência, metodologicamente cosmopolitas e politicamente internacionalistas em seu enfoque, enquanto estudantes de Relações Internacionais com disposição histórica lidavam abertamente com ideias ao invés de modelos abstratos ou teorias. Pensadores, por outro lado, tão diversos quanto Hannah Arendt, Raymond Aron, Herbert Butterfield, Hans Morgenthau, Reinhold Niebuhr, Carl Schmitt, Kenneth Waltz e Martin Wight baseavam-se em cânones históricos compartilhados, mesmo se discordassem profundamente a respeito de assuntos como a ética da paz e da guerra ou o equilíbrio entre soberania nacional e a autoridade das instituições internacionais.¹⁷

Durante a sequência da era do estranhamento, historiadores intelectuais e historiadores internacionais se separaram ainda mais. As fronteiras disciplinares se endureceram e foram mais ferozmente defendidas. O refinamento das metodologias e a aceleração da especialização profissional fizeram as conversações entre os campos menos comuns. A separação entre o doméstico e o internacional acentuou-se. Teoria – fosse política ou internacional – perdeu chão para os modelos positivistas, os quais excluíram ideias e éticas dos reinos da política e das Relações Internacionais, particularmente nos Estados Unidos. Em retrospecto, a Conferência de Políticas Internacionais de maio de 1954, convocada in Washington, D.C., pela Rockefeller Foundation, na qual Morgenthau, Niebuhr e outros participaram, agora parece o ponto alto de uma abordagem ética para os assuntos internacionais antes do triunfo comportamentalista das Ciências Sociais nos Estados Unidos.¹⁸

Ao longo do quarto de século seguinte, os historiadores intelectuais se afastaram cada vez mais dos historiadores internacionais enquanto uma história social, que ressurgia, pressionava ambos os campos para as margens da profissão histórica, especialmente nos Estados Unidos. O que um acadêmico dizia para outro acadêmico era tão antiquado quanto o que um filósofo escrevia sobre outro filósofo. Como Robert Darnton observou sombriamente em uma coleção publicada em 1980, pela Associação Americana de História: ‘Está-se difundindo um mal-estar entre os historiadores das ideias nos Estados Unidos... Hoje ela parece ter sido rebaixada... após um realinhamento da pesquisa nas últimas duas décadas’. No mesmo volume, Charles Maier ofereceu uma avaliação pessimista da história internacional: ‘A história das relações internacionais ... [tem] pouco senso de empreendimento coletivo, de estar na vanguarda da pesquisa histórica’.¹⁹

¹⁶ David Armitage, ‘The Fifty Years’ Rift: Intellectual History and International Relations,’ in *Modern Intellectual History* 1 (2004), 108-09.

¹⁷ Brunello Vigizzi, *The British Committee on the Theory of International Politics (1954-1985): The Rediscovery of History* (Milan: Edizioni Unicopli, 2005).

¹⁸ Martin Wight, ‘Why Is There No International Theory?’ (1959), in Herbert Butterfield and Martin Wight, eds., *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics* (London: Allen & Unwin, 1966), 17-34; Stanley Hoffman, ‘An American Social Science: International Relations,’ *Daedalus* 106 (1977), 41-60; Nicolas Guilhot, ed., *The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory* (New York: Columbia University Press, 2011).

¹⁹ Robert Darnton, *O beijo de Lamourette* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990), p. 175; ‘a malaise is spreading among intellectual historians ... after a realignment of research during the last two decades,

Como acontece tão frequentemente, insinuações de obsolescência provaram ser as esporas da inovação. Dentro de pouco mais de uma década, os dois campos começaram a convergir novamente. A era da reaproximação, começando em 1990, viu os revigoramentos da história intelectual e da história internacional em paralelo ao aumento do emaranhamento dos dois campos. Pelo menos alguns estudiosos das Relações Internacionais encontraram-se em uma fase “pós-positivista”, marcada pelo interesse renovado em teoria, na história das questões internacionais e na história de sua própria disciplina. Historiadores internacionais se tornaram mais interessados em cultura, ideologia e instituições, ‘defensores da *‘international turn’* assim como proponentes vigorosos da história intelectual e cultural’. Ao mesmo tempo, historiadores intelectuais começaram a tratar historicamente as normas e as interações entre pessoas, estados e outros órgãos corporativos no mundo, além da esfera doméstica, sob a rubrica da história do pensamento internacional.²⁰

O termo ‘pensamento internacional’ foi originalmente uma invenção de publicistas e literatos britânicos simpáticos à Liga das Nações e às instituições internacionais nascentes nos anos entre guerras. Seu propósito original fora denotar um passado útil ao invés de criar uma história crítica.²¹ Ele recebeu apoio de internacionalistas igualmente comprometidos do outro lado do Atlântico, especialmente do advogado americano de temas internacionais, James Brown Scott, e de quem criou o cânone dos trabalhos de pensamento internacional, desde Balthazar Ayala até Richard Zouche na série ‘Clássicos da Lei Internacional (1911-50)’ patrocinada pela Carnegie Endowment for International Peace.²² A retomada recente da história do pensamento internacional parece emergir como um campo robusto em seu próprio direito, com um cânone de autores, com problemas e com movimentos mais extensos e menos teológicos, e não apenas como um subconjunto da história do pensamento político.²³ O pensamento internacional, agora, não significa tanto um corpo de uma doutrina alternativa para ser implementada em propósitos presentes, mas sim o passado do pensamento internacional como a atividade da reflexão teórica sobre questões internacionais.

Um retorno humanístico às fontes do pensamento internacional revelou a distância entre o que pensadores como Hugo Grotius, Thomas Hobbes e Immanuel Kant estavam fazendo – ou, com a mesma frequência, o que eles não estavam tentando fazer – e os usos feitos deles dentro das disciplinas históricas posteriores. Grotius poderia não ter a intenção de ser o pai da lei internacional. Hobbes não era ‘hobbesiano’, pelo menos não tanto quanto o termo fora usado como um termo da habilidade humana pelos estudantes de Relações

she now sits below the salt.’ Robert Darnton, ‘Intellectual History and Cultural History,’ in Michael Kammen, ed., *The Past Before Us: Contemporary Historical Writing in the United States* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1980), 327; Charles Maier, ‘Marking Time: The Historiography of International Relations,’ in Kammen, ed., *The Past Before Us*, 355.

²⁰ Lucian M. Ashworth, ‘Interdisciplinarity and International Relations,’ in *European Political Science* 8 (2009), 16-25; Duncan Bell, ‘Writing the World: Disciplinary History and Beyond,’ in *International Affairs* 85 (2009), 3-22; Thomas W. Zeiler, ‘The Diplomatic History Bandwagon: A State of the Field,’ in *Journal of American History* 95 (2009), 1053 (quoted).

²¹ John Galsworthy, *International Thought* (Cambridge: Heffers, 1923); F. Melian Stawell, *The Growth of International Thought* (London: T. Butterworth, 1929). On their immediate antecedents, see Casper Sylvest, *British Liberal Internationalism, 1880-1930: Making Progress?* (Manchester: Manchester University Press, 2009).

²² John Hepp, ‘James Brown Scott and the Rise of Public International Law,’ *Journal of the Gilded Age and Progressive Era* 7 (2008), 151-79; Benjamin Allen Coates, ‘Trans-Atlantic Advocates: American International Law and U.S. Foreign Relations, 1898-1919’ (unpub. Ph.D. thesis, Columbia University, 2010), 101-05.

²³ Edward Keene, *International Political Thought: A Historical Introduction* (Cambridge: Polity, 2005); Beate Jahn, ed., *Classical Theory in International Relations* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006); Duncan Bell, ed., *Victorian Visions of Global Order: Empire and International Relations in Nineteenth-Century Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007); Ian Hall and Lisa Hill, eds., *British International Thinkers from Hobbes to Namier* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009).

Internacionais. E Kant era mais que teórico da ‘paz democrática’, ao que ele fora reduzido pelos internacionalistas teleológicos desde o começo do século XX.²⁴ Para o século XX, há estudos históricos de pensadores internacionais de todas as espécies, desde Norman Angell e Hannah Arendt até Leonard Woolf e Alfred Zimmern, com uma produção de pequena escala, especialmente vigorosa, devotada ao trabalho de Carl Schmitt.²⁵ Ao mesmo tempo, os historiadores autocríticos das disciplinas de Relações Internacionais e de leis internacionais expuseram, por exemplo, como um ‘discurso de anarquia’, contingentemente gerado nos anos entre guerras, se tornou uma verdade atemporal para a posterior Escola Realista de Relações Internacionais, e mostraram a cumplicidade dos advogados internacionais idealistas com as empresas imperiais, desde o Congo Belga à Baía dos Porcos.²⁶

Historiadores intelectuais têm estado em boa posição para ajudar os historiadores internacionais céticos em questionar as pedras fundamentais de sua disciplina. Por exemplo, nenhuma data era mais fundadora para as Relações Internacionais que 1648 e a Paz da Vestfália. A demolição do ‘mito de 1648’ como as origens de um mundo de mútuo reconhecimento, de não interferência nos Estados soberanos, era um processo relativamente íntegro. Ele se baseava em uma leitura dos tratados de Münster e de Vestfália, no reconhecimento de que impérios, federações e outros tipos de soberanias, dispostas em camadas ou divididas, eram mais características da autoridade política do que qualquer soberania tida como ‘vestfaliana’, e na atenção ao mundo além do norte da Europa, para ver quão pouco respeito foi dado à soberania putativa de vários povos sob o regime do império.²⁷ O mito vestfaliano, por sua vez, sustentara um conjunto de suposições que definiram o pensamento internacional moderno: que Estados, e não indivíduos, eram os atores primários em questões internacionais; que as esferas doméstica e estrangeira eram distintas e separadas; que a lei positiva triunfou sobre a lei natural; que o padrão hierárquico de civilização aplicava-se por todo o globo; e que o reino do internacional era anárquico e por isso governado por máximas da razão de Estado. Essas suposições fundamentais não eram nem uniformes nem incontestadas, mas elas estabeleceram os termos do debate por pelo menos um século e meio.²⁸

A história intelectual internacional ainda está repleta de possibilidades de pesquisa. Por exemplo, quais eram os meios de comunicação para o pensamento internacional e como eles

²⁴ Richard Tuck, *The Rights of War and Peace: Political Thought and the International Order from Grotius to Kant* (Oxford: Oxford University Press, 1999); Martine Julia van Ittersum, *Profit and Principle: Hugo Grotius, Natural Rights Theories and the Rise of Dutch Power in the East Indies, 1595-1615* (Leiden: Brill, 2006); Noel Malcolm, ‘Hobbes’s Theory of International Relations,’ in Malcolm, *Aspects of Hobbes* (Oxford: Oxford University Press, 2002), 432-56; Sankar Muthu, *Enlightenment Against Empire* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003); Eric S. Easley, *The War over Perpetual Peace: An Exploration into the History of a Foundational International Relations Text* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004); David Armitage, *Foundations of Modern International Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013).

²⁵ David Long and Peter Wilson, eds., *Thinkers of the Twenty Years’ Crisis: Inter-War Idealism Reassessed* (Oxford: Oxford University Press, 1995); Patricia Owens, *Between War and Politics: International Relations and the Thought of Hannah Arendt* (Oxford: Oxford University Press, 2007); Jeanne Morefield, *Covenants without Swords: Idealist Liberalism and the Spirit of Empire* (Princeton: Princeton University Press, 2005); Louiza Odysseos and Fabio Petito, eds., *The International Political Thought of Carl Schmitt: Terror, Liberal War and the Crisis of Global Order* (London: Routledge, 2007); William Hooker, *Carl Schmitt’s International Thought: Order and Orientation* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009); Stephen Legg, ed., *Spatiality, Sovereignty and Carl Schmitt: Geographies of the Nomos* (London, 2011).

²⁶ Brian Schmidt, *The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations* (Albany, NY: State University of New York Press, 1998); Martti Koskenniemi, *The Gentle Civilizer of Nations: The Rise and Fall of International Law, 1870-1960* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).

²⁷ Andreas Osiander, ‘Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth,’ in *International Organization* 55 (2001): 251-87; Benno Teschke *The Myth of 1648: Class, Geopolitics and the Making of Modern International Relations* (London: Verso, 2003); Benjamin Straumann, ‘The Peace of Westphalia as a Secular Constitution,’ in *Constellations* 15 (2008): 173-88; Pärtel Püürimäe, ‘The Westphalian Myth of Sovereignty and the Idea of External Sovereignty,’ in Hent Kalmo and Quentin Skinner, eds., *Sovereignty in Fragments: The Past, Present and Future of a Contested Concept* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), 64-80.

²⁸ Armitage, *Foundations of Modern International Thought*.

poderiam ser entendidos usando os métodos da história do livro?²⁹ Começando no fim do século XVII e continuando no presente, gêneros de escrita e publicações novas e persistentes, entre elas coleções de tratados, manuais diplomáticos e história das relações internacionais e das leis das nações, proliferaram entre as culturas eclesiástica, acadêmica e humanística que frequentemente cruzavam com comunidades militares e diplomáticas transnacionais. Análises mais aprofundadas de tais gêneros poderiam nos ajudar a entender por que Kant lançou *Zum ewigen Frieden* (1795) na forma de um tratado, por exemplo.³⁰ Quais eram os personagens dos romances filosóficos adotados pelos representantes casuístas, pelos administradores voltados à literatura e pelos intelectuais em escritórios de instituições burguesas internacionais do século XVIII em diante?³¹ E como o pensamento internacional era, em si mesmo, internacionalizado? Para pegar apenas um exemplo, a tradução e a circulação, na Ásia, de um sentido principal de “*Elements of International Law*” (1836), de Henry Wheaton, sugere que as suposições subjacentes ao pensamento internacional moderno estavam se tornando cada vez mais transregionais, ou até totalmente globais, em meados do século XIX.³² Nesse sentido, a receptividade do mundo ao contágio de soberania, o que quase o afetou universalmente, ainda requer explicação, especialmente por atender às condições e aos determinantes domésticos de sua recepção e de sua domesticação.³³ Só então, poderemos entender a coprodução ativa do nacional e do internacional ao longo do globo nos séculos XIX e XX.³⁴

A internacionalização do internacional pode também ser abordada por meio da história intelectual das instituições internacionais. Proponentes da nova história internacional há muito instaram seus colegas a ‘internacionalizar a história internacional’, não só por estudar atores sem Estado no campo internacional: corporações, organizações não-governamentais, movimentos sociais transnacionais e órgãos tais como a Organização Mundial da Saúde ou as Nações Unidas.³⁵ Esse chamado gerou, recentemente, novas oportunidades para arquivos de histórias intelectuais do Institut de Droit International, do Carnegie Endowment for International Peace, da Liga das Nações, da UNESCO e da União Europeia, para apontar apenas alguns dos mais proeminentes. Alguns desses trabalhos eram internalistas e celebratórios, principalmente aqueles feitos através do Projeto de História Intelectual das Nações Unidas, mas muito deles ajudaram a expandir o alcance dos atores, dos arquivos e das

²⁹ Para um estudo modelo da tradução e da circulação dos textos econômicos, ver Sophus Reinert, *Translating Empire: Emulation and the Origins of Political Economy* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011).

³⁰ Para o trabalho sugestivo nessas direções, ver Randall Lesaffer, ed., *Peace Treaties and International Law in European History: From the Late Middle Ages to World War One* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004); Daniel Ménager, *Diplomatie et théologie à la Renaissance* (Paris: Presses Universitaires de France, 2001); Ellen M. McClure, *Sunspots and the Sun King: Sovereignty and Mediation in Seventeenth-century France* (Urbana: University of Illinois Press, 2006); Timothy Hampton, *Fictions of Embassy: Literature and Diplomacy in Early Modern Europe* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2009).

³¹ Ian Hunter, ‘Vattel’s Law of Nations: Diplomatic Casuistry for the Protestant Nation,’ in *Grotiana* 31 (2010): 108-40.

³² Lydia H. Liu, *The Clash of Empires: The Invention of China in Modern World Making* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004), 108-39; Liu, ed., *Tokens of Exchange: The Problem of Translation in Global Circulations* (Durham, NC: Duke University Press, 1999); Carol Gluck and Anne Lowenhaupt Tsing, eds., *Words in Motion: Toward a Global Lexicon* (Durham, NC: Duke University Press, 2009).

³³ David Armitage, *The Declaration of Independence: A Global History* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007), 107-12; C. A. Bayly, ‘European Political Thought and the Wider World during the Nineteenth Century,’ in Gareth Stedman Jones and Gregory Claeys, eds., *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), 835-63.

³⁴ C. A. Bayly and Eugenio Biagini, eds., *Giuseppe Mazzini and the Globalization of Democratic Nationalism, 1830-1920* (Oxford: Oxford University Press for the British Academy, 2008); Maurizio Isabella, *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era* (Oxford: Oxford University Press, 2009).

³⁵ Akira Iriye, ‘Internationalizing International History,’ in Thomas Bender, ed., *Rethinking American History in a Global Age* (Berkeley: University of California Press, 2002), 47-62; Iriye, *Global Community: The Role of International Organizations in the Making of the Contemporary World* (Berkeley: University of California Press, 2002).

instituições abertas para a consulta por historiadores intelectuais.³⁶ Um produto dessa expansão tem sido a nova história dos direitos humanos, um campo agora em sua segunda onda, uma vez que se moveu de sua fase teleológica de apenas contar histórias para uma literatura mais crítica, alerta ao contexto e às discontinuidades.³⁷

Outros assuntos de interesse para os historiadores intelectuais – a história do pensamento econômico; concepções de guerra e de governo; saúde pública; e a história da ciência – podem todas ser pesquisadas em arquivos de instituições internacionais, de companhias e de corporações. A esse respeito, historiadores intelectuais modernos podem aprender com aqueles primeiros modernistas, que seguiram historiadores da ciência na construção das histórias intelectuais das companhias de comércio da Inglaterra e da Holanda nos séculos XVII e XVIII.³⁸ A explosão de interesse entre teóricos políticos e estudantes de ética sobre as dimensões internacionais e globais de seus interesses de estudo têm ajudado a acelerar esses desenvolvimentos, os quais ganharam espaço entre um público cada vez mais consciente das dimensões transnacionais das questões humanas apreendidas pelo apanhado de significados do termo ‘globalização’.³⁹ Todos esses movimentos, por sua vez, encorajaram e reforçaram tendências internas, dentro da história intelectual, para reconstruir argumentos que lidavam com questões além da nação ou do Estado, que, coletivamente, eu tenho chamado de “*international turn*” entre os historiadores intelectuais.

* * * * *

O espaço é, agora, a fronteira final para a história intelectual. A “*international turn*” reviveu o interesse em concepções de espaço ao observar áreas que eram maiores que nações, não confinadas pelas fronteiras políticas dos Estados e conectadas por ligações e circulações transnacionais. A maioria da população mundial, para a maioria da história registrada, viveu não em Estados-nações, mas em impérios, aqueles expandidos, políticas estratificadas que projetavam vários tipos de universalismos no sentido de suspender as diferenças entre populações sem lutar pela uniformidade entre elas. Por um período relativamente breve, entre o começo do século XVI e o começo do século XX, alguns desses impérios eram o crescimento natural da confiança das culturas nacionais, particularmente na Europa e na Ásia, mas a maioria era pré-nacional ou supranacional em sua composição. Espaços oceânicos conectavam elementos desses impérios no período moderno, mas as áreas marítimas, como o

³⁶ Koskenniemi, *The Gentle Civilizer of Nations*; Roger-Pol Droit, *L'Humanité toujours à construire: regard sur l'histoire intellectuelle de l'UNESCO, 1945-2005* (Paris: UNESCO, 2005); Glenda Sluga and Sunil Amrith, 'New Histories of the United Nations,' in *Journal of World History* 19 (2008): 251-74; Emma Rothschild, 'The Archives of Universal History,' in *Journal of World History* 19 (2008): 375-401; Mark Mazower, *Governing the World: The History of an Idea* (London: Allen Lane, 2012); Richard Jolly, Louis Emmerij and Thomas G. Weiss, *UN Ideas that Changed the World* (Bloomington: Indiana University Press, 2009), e trabalhos similares da United Nations Intellectual History Project.

³⁷ Para o primeiro, ver e.g. Elizabeth Borgwardt, *A New Deal for the World: America's Vision for Human Rights* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005); Lynn Hunt, *Inventing Human Rights: A History* (New York: W. W. Norton, 2007); Jenny S. Martinez, *The Slave Trade and the Origins of International Humanitarian Law* (New York: Oxford University Press, 2012); for the second, Samuel Moyn, *The Last Utopia: Human Rights in History* (Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 2010); Stefan-Ludwig Hoffmann, ed., *Human Rights in the Twentieth Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010); Akira Iriye, Petra Goedde, and William I. Hitchcock, eds., *The Human Rights Revolution: An International History* (Oxford: Oxford University Press, 2011).

³⁸ Van Ittersum, *Profit and Principle*; Philip J. Stern, *The Company-State: Corporate Sovereignty and the Early Modern Foundations of the British Empire in India* (New York: Oxford University Press, 2011).

³⁹ Para uma excelente cartilha, ver Duncan Bell, ed., *Ethics and World Politics* (Oxford: Oxford University Press, 2010).

Mediterrâneo, os oceanos Índico, Atlântico e Pacífico também segmentaram soberanias e tornaram-se campo de batalha para a rivalidade entre impérios.⁴⁰ À luz da longa história do império, o mundo eterno dos Estados, postulado pelas concepções modernas de relações internacionais, parece fugidio, até mesmo marginal. Na verdade, se por algumas estimativas, um mundo de Estados-nação verdadeiros, separados do império, emergiram apenas com o zênite da descolonização, logo foram arrastados pela onda de transnacionalismo que irrompeu após o fim da Guerra Fria, então o apogeu do Estado durou menos que uma geração, de cerca de 1975 a 1989.⁴¹ Toda história, antes e depois, era história ou pré-nacional ou pós-nacional.

Por simultaneamente unir e dividir, os impérios induziram a competição conceitual e facilitaram a circulação de ideias entre povos em diáspora e ao longo das rotas comerciais.⁴² A partir dessas coalisões e transmissões emergiram ‘universalismos competidores’ de império, religião e economia política, por exemplo, assim como ideologias expansivas que contrariavam ou subsumiam-nos, tal como o pan-islamismo, o pan-africanismo, o nacionalismo, o anticolonialismo e outras formas de ‘cosmopolitanismo de cor’.⁴³ A maioria desses movimentos era invisível desde que a história fosse vista através de espetáculos nacionalmente formatados. Eles voltaram à vista apenas quando as experiências mais antigas de espaço – mais extensas, mais fluidas e menos confinadas às fronteiras territoriais – novamente moldaram questões sobre o passado.

O campo é corrente de metáforas espaciais – de ideias como ‘migratória’ e de livros fugindo dos limites das nações; de ‘horizontes’ de entendimento e da ‘esfera’ pública; de ‘localismos’ e ‘provincialismos’ como determinantes de ideias; de concepções de ‘contenção’ hermenêutica e ‘movimento’ crítico, por exemplo – mas tais figuras de linguagem não indicam qualquer compromisso substantivo com questões de espaço e lugar. Essas são, ao invés, indicações abreviadas que ideias carecem de determinantes materiais e que elas precisam ser colocadas em contextos construídos quase inteiramente como temporais e linguísticos e não como físicos ou espaciais.⁴⁴ Como John Randolph observa neste volume, ‘O resultado é um tipo de geometria intelectual – o posicionamento de ideias em um espaço abstrato – em vez de geografia intelectual’.⁴⁵ Michael Foucault poderia estar falando especificamente para historiadores intelectuais quando declarou em uma entrevista: ‘O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético’.⁴⁶

⁴⁰ Lauren Benton, *Law and Colonial Cultures: Legal Regimes in World History, 1400-1900* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002); Benton, *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400-1900* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

⁴¹ Frederick Cooper, *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History* (Berkeley: University of California Press, 2005); Cooper and Jane Burbank, *Empires in World History: Power and the Politics of Difference* (Princeton: Princeton University Press, 2010).

⁴² Sobre história intelectual, ver especialmente David Armitage, ed., *Theories of Empire, 1450-1800* (Aldershot: Variorum, 1998); Ruth Ben-Ghiat, ed., *Gli imperi. Dall'antichità all'età contemporanea* (Bologna: Il Mulino, 2009); Sankar Muthu, ed., *Empire and Modern Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012).

⁴³ Sugata Bose, *A Hundred Horizons: The Indian Ocean in the Age of Global Empire* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2006); Bose and Kris Manjappa, eds., *Cosmopolitan Thought Zones: South Asia and the Global Circulation of Ideas* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010); Cemil Aydin, *The Politics of Anti-Westernism in Asia: Visions of World Order in Pan-Islamic and Pan-Asian Thought* (New York: Columbia University Press, 2007); Erez Manela, *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism* (New York: Oxford University Press, 2007); Nico Slate, *Colored Cosmopolitanism: The Shared Struggle for Freedom in the United States and India* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011).

⁴⁴ Peter Burke, ‘Context in Context,’ in *Common Knowledge* 8 (2002): 152-77; Rita Felski and Herbert F. Tucker, eds., ‘Context?,’ in *New Literary History* 42 (2011), vii-xii, 557-756; Peter E. Gordon, ‘Contextualism and Criticism in the History of Ideas,’ in this volume.

⁴⁵ John Randolph, ‘The Space of Intellect (and the Intellect of Space),’ neste volume.

⁴⁶ Michel Foucault. *Microfísica do poder*. (Rio de Janeiro: Graal, 1984), p. 158-159. ‘L’espace, c’est ce qui était mort, figé, non dialectique, immobile. En revanche, le temps, c’était riche, fécond, vivant, dialectique’: ‘Questions à Michel Foucault sur la géographie,’ *Hérodote* 1 (1976), 78.

Espaço pode ser entendido intensivamente tanto quanto extensivamente. A este respeito, historiadores da ciência podem ter muito a ensinar tanto para historiadores internacionais quanto para historiadores intelectuais. Uma ‘*spatial turn*’ da história da ciência pôs em dúvida a universalidade da verdade e insistiu no conhecimento local: não poderia haver visão de lugar nenhum quando cada visão saltou de algum lugar. Ideias emergem de lugares fortemente definidos, de praias do litoral, também de bancadas de laboratórios e dos bares, assim como das academias reais. Quando vista microscopicamente nesse sentido, a teia sem emendas de conhecimento abstrato acabou por ser um mosaico quebradiço de preocupações contingentes.⁴⁷ Se um dos objetivos dessa literatura foi desmascarar a presumida universalidade da razão científica, o outro foi mostrar como apenas fragmentos do conhecimento eram acumulados e coletados e como sua credibilidade era assegurada. Nós precisamos entender não somente como o conhecimento é produzido em lugares específicos, mas também como transações ocorrem entre os lugares: que é como as ideias viajam, quem as transporta, qual bagagem elas carregam em suas viagens e como elas se tornam domesticadas e naturalizadas depois de sua chegada.⁴⁸

Essa abordagem revelou um mecanismo intrincado de obtenção de informação que fez o conhecimento científico possível e plausível. Até mesmo o mais fisicamente isolado dos pensadores, como Isaac Newton, o cercado por terra que nunca viu, em sua vida, o mar, poderia se tornar um centro global do cálculo, pois ele comandava uma teia mundial de correspondentes, desde o Golfo de Tonkin até o Estreito de Magalhães.⁴⁹ Órgãos corporativos, tais como a Companhia de Jesus e a Companhia das Índias Orientais Inglesa e Holandesa, facilitaram a grande ciência, no sentido da produção de conhecimento à longa distância.⁵⁰ E mais tarde, as ‘teias do império’ dissolveram as distinções entre centros e periferias, conforme cada lugar considerado periferia adquiria um lugar central no acúmulo de arquivos imperiais, testando hipóteses e gerando ideologias através das trocas entre colônias.⁵¹ Dessa forma, conexões extensivamente elaboradas ligaram intensivamente locais desenvolvidos para criar novos mapas de conhecimentos e cânones transnacionais através de transmissões de ideias e de informações ao longo dos continentes e dos oceanos.

Esses estudos, os quais Pierre Bourdieu denominou ‘uma ciência das relações internacionais em matéria de cultura’, oferecem geralmente modelos reproduzíveis para a história intelectual.⁵² Quando concepções de espaço expandem, teias de significância se

⁴⁷ Adi Ophir and Steven Shapin, ‘The Place of Knowledge: A Methodological Survey,’ in *Science in Context* 4 (1991), 3-21; Diarmid A. Finnegan, ‘The Spatial Turn: Geographical Approaches to the History of Science,’ in *Journal of the History of Biology* 41 (2008), 369-88; Charles W. J. Withers, ‘Place and the “Spatial Turn” in Geography and in History,’ in *Journal of the History of Ideas* 70 (2009), 637-58. More generally see Jo Guldi, ‘What is the Spatial Turn?’ in <http://spatial.scholarslab.org/spatial-turn>, [accessed 31 January 2013].

⁴⁸ Steven Shapin, ‘Placing the View from Nowhere: Historical and Sociological Problems in the Location of Science,’ in *Transactions of the Institute of British Geographers* n. s. 23 (1998), 6-7 (quoted); John Tresch, ‘Bringing Back the Lovejoy: History of Science and Intellectual History,’ in this volume.

⁴⁹ Simon Schaffer, ‘Newton on the Beach: The Information Order of *Principia Mathematica*,’ *History of Science* 47 (2009), 243-76.

⁵⁰ Steven J. Harris, ‘Long-Distance Corporations, Big Sciences, and the Geography of Knowledge,’ in *Configurations* 6 (1998), 269-304; Harold J. Cook, *Matters of Exchange: Commerce, Medicine, and Science in the Dutch Golden Age* (New Haven: Yale University Press, 2007); Luke Clossey, *Sabotage and Globalization in the Early Jesuit Missions* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008); Anna Winterbottom, ‘Producing and Using the *Historical Relation of Ceylon*: Robert Knox, the East India Company and the Royal Society,’ in *British Journal for the History of Science* 42 (2009), 515-38.

⁵¹ Tony Ballantyne, *Orientalism and Race: Aryanism in the British Empire* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002), 1-17.

⁵² Pierre Bourdieu. “As condições sociais da circulação internacional das idéias”. In: *Enfoques*, v.1, n.1 (nov. 2002), Rio de Janeiro: PPGSA, 2002, p. IV. ‘... une science des relations internationales en matière de culture’: Bourdieu, ‘Les conditions sociales de la circulation internationale des idées,’ 1.

ramificam e redes de trocas proliferam para criar contextos inovadores e conexões não antecipadas entre eles. Padrões cambiantes de sociabilidade e de correspondência, de distribuição de livros e de organização espacial de conhecimento – em salas e edifícios, ruas e praças, cidades e regiões, países e continentes, impérios e oceanos – forçaram pensadores a reconceber a natureza de suas audiências, o impacto potencial dos seus argumentos e a extensão de suas esferas de ação. À luz dessas considerações, para responder a questões ‘O que era esclarecimentos’, historiadores intelectuais sintonizados com o espaço podem agora perguntar ‘Onde estava o Esclarecimento?’, uma questão totalmente respondível somente no contexto global que perpassa a *longue durée*.⁵³

Mudar concepções de espaço expandiu os contextos para as ideias e, com elas, as muitas possibilidades para pensar. O exemplo mais familiar para os historiadores intelectuais Europeus poderia ser os contextos mais amplos da exploração e da colonização transoceânicas geradas por pensadores no começo da Europa moderna, como encontros interculturais, e a proliferação de impérios ao longo do Oceano Índico, do mundo Atlântico e, mais tarde, do Pacífico, testaram concepções de natureza, civilização, comunidade política, propriedade, diversidade religiosa e tolerância, entre outras questões.⁵⁴ Por exemplo, John Locke, um leitor voraz de literatura de viagem, defrontou-se com instâncias de diversidade, crença e prática retirados de narrativas dos cinco continentes;⁵⁵ Thomas Hobbes, um consumidor mais modesto da cultura americana, moldou seu entendimento das relações internacionais pela referência às descrições etnográficas do estado da natureza;⁵⁶ e a política econômica de David Hume devia muito às suas conexões atlânticas.⁵⁷ Como o ‘Grande Mapa da Humanidade’ foi desenrolado (na ressoante frase de Edmund Burke), possibilidades verdadeiramente globais de pensamento se abriram para gerações de pensadores que escreveram depois de meados do século XVIII – entre eles, Diderot, Turgot, Smith, Kant, Herder, Burke e Bentham – com consequências para suas construções sobre universalismo e sobre cosmopolitanismo, assim como para suas concepções de cultura e de diferença.⁵⁸ Movendo-se para o fim do século XIX, a compreensão de espaço pela tecnologia – entre outros, o barco a vapor, a ferrovia e o telégrafo – produziram novas formas imagináveis de comunidade política sobre as extensões do império e através do mundo. Conforme Foucault, espaço era dinâmico, não era estático. Os contextos para expansão do pensar envolveram todo o globo. Historiadores intelectuais modernos, portanto, têm que rastrear ideias até mesmo em escalas maiores: continental, inter-regional, transoceânica e, finalmente, planetária. Como Heidegger, Schmitt e Arendt estavam

⁵³ Charles W. J. Withers, *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically about the Age of Reason* (Chicago: University of Chicago Press, 2007); Withers and Robert Mayhew, ‘Geography: Space, Place and Intellectual History in the Eighteenth Century,’ in *Journal for Eighteenth Century Studies* 34 (2011), 445–52; Caroline Winterer, ‘Where is America in the Republic of Letters?’, in *Modern Intellectual History* 9 (2012), 597–623; Sebastian Conrad, ‘Enlightenment in Global History: A Historiographical Critique,’ in *American Historical Review* 117 (2012), 999–1027.

⁵⁴ Anthony Pagden, *The Fall of Natural Man: The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*, rev. edn. (Cambridge: Cambridge University Press, 1986); Annabel Brett, *Changes of State: Nature and the Limits of the City in Early Modern Natural Law* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011); David Armitage and Alison Bashford, eds., *Pacific Histories: Ocean, Land, People* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013).

⁵⁵ Daniel Carey, *Locke, Shaftesbury, and Hutcheson: Contesting Diversity in the Enlightenment and Beyond* (Cambridge, 2006).

⁵⁶ Srinivas Aravamudan, ‘Hobbes and America,’ in Daniel Carey and Lynn Festa, eds., *The Postcolonial Enlightenment: Eighteenth-Century Colonialism and Postcolonial Theory* (Oxford, 2009), 37–70; Pat Moloney, ‘Hobbes, Savagery, and International Anarchy,’ in *American Political Science Review* 105 (2011), 189–204.

⁵⁷ Emma Rothschild, ‘The Atlantic Worlds of David Hume,’ in Bernard Bailyn and Patricia L. Denault, eds., *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500–1830* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009), 405–48.

⁵⁸ P. J. Marshall and Glyndwr Williams, *The Great Map of Mankind: British Perceptions of the World in the Age of Enlightenment* (London: Dent, 1982); Paul Cheney, *Revolutionary Commerce: Globalization and the French Monarchy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010); Muthu, *Enlightenment Against Empire*; Jennifer Pitts, *A Turn to Empire: The Rise of Imperial Liberalism in Britain and France* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005); David Armitage, ‘Globalizing Jeremy Bentham,’ *History of Political Thought* 32 (2011), 63–82.

entre os primeiros a notar, em meados do século XX, o espaço exterior poderia ser a verdadeira fronteira final para a história intelectual.⁵⁹

* * * * *

Até agora, essa explicação da “*international turn*” na história foi bastante otimista, a *tour d’horizon* das conquistas asseguradas e das promessas ainda a serem cumpridas. Porém, antes da bonança, há a tempestade. Em quais sentidos a “*international turn*” poderia possivelmente ser uma virada para o pior? Esse movimento não entrou ainda na fase da merecida autocrítica, nem atraiu muita atenção dos de fora. Contudo, algumas investidas já foram feitas contra ela, entre elas a de reificação, de presentismo, de ‘classicismo’ e de mudar concepções de contexto.⁶⁰ Nenhuma dessas críticas é peculiar à história intelectual internacional: todas são familiares aos debates sobre a história das ideias ao longo, pelo menos, da última metade do século XX. Contudo, elas todas podem se tornar mais agudas quando a história intelectual se estender sobre porções maiores do espaço, quando novas formas de disjunção entre ideias e novas demandas analíticas vierem à tona.

Reificação é uma acusação familiar, que remonta, no mínimo, às críticas da Escola de Cambridge à história das ideias de Lovejoy: o que parecem ser repetições da mesma ideia se tornam concepções distintas que precisam de desagregação ao invés de assimilação dentro de narrativas amplas sobre o tempo ou através do espaço. Por exemplo, o liberalismo na Grã-Bretanha não era o mesmo liberalismo na Índia: cada desenvolvimento dentro de seu nicho ecológico próprio, contudo eles não emergiram na ignorância um do outro, mas mais por diálogos mediados por condições locais de recepção, circulação e hibridização de argumentos.⁶¹ Após, pelo menos, meados do século XVIII, as condições de recepção eram transregionais e cada vez mais globais: ‘liberais’ Indianos no começo do século XIX, como Rammohan Roy, viam seus próprios conflitos contra o despotismo como parte dos movimentos mundiais que envolviam as colônias Britânicas e Portuguesas na Ásia, a monarquia Espanhola no mundo atlântico e a própria Grã-Bretanha. Textos carregavam ideias, mas sempre em meio a paratextos que enquadravam e, então, em contextos imprevisíveis para suas traduções e reapropriações. Essas condições geraram desigualdades a partir de igualdades, mas raramente alcançaram completa disjunção e incompatibilidade. Com tais ressalvas em mente, o perigo de cair em reificação poderia ser dissipado. Com assistência metodológica onde necessária, digamos, da *Rezeptionsgeschichte* (história da recepção), da história do livro, e da teoria pós-colonial, deveria ser possível evitar os perigos da história *de* ideias mais antiga, menos sofisticada e transnacional, e substituí-la com uma história *em* ideias mais metodologicamente robusta e transtemporal.⁶²

⁵⁹ Duncan Bell, ‘Dissolving Distance: Technology, Space, and Empire in British Political Thought, c. 1770-1900,’ in *Journal of Modern History* 77 (2005), 523-63; Michael Lang, ‘Mapping Globalization or Globalizing the Map: Heidegger and Planetary Discourse,’ in *Genre: Forms of Discourse and Culture* 36 (2006), 239-50; Benjamin Lazier, ‘Earthrise; or, The Globalization of the World Picture,’ *American Historical Review* 116 (2011), 602-30.

⁶⁰ Emma Rothschild, ‘Arcs of Ideas: International History and Intellectual History,’ in Gunilla Budde, Sebastian Conrad and Oliver Janz, eds., *Transnationale Geschichte: Themen, Tendenzen und Theorien* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006), 217-26; Chris Goto-Jones, ‘The Kyoto School, the Cambridge School, and the History of the Political Philosophy in Wartime Japan,’ in *Positions: East Asia Cultures Critique* 17 (2009), 13-42.

⁶¹ C. A. Bayly, *Recovering Liberties: Indian Thought in the Age of Liberalism and Empire* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011).

⁶² David Armitage, ‘What’s the Big Idea? Intellectual History and the *Longue Durée*,’ in *History of European Ideas* 38 (2012), 493-507; Armitage, *Civil War: A History in Ideas* (New York: Knopf, forthcoming).

O presentismo poderia oferecer um perigo mais sério para a “*international turn*”. ‘O empreendimento todo (da história intelectual internacional) é ele mesmo presentista’. Emma Rothschild notou, ‘no sentido que a “*transnational turn*” é influenciada, em aspectos óbvios, pelas controvérsias públicas sobre a “globalização” do final do século XX e começo do século XXI’.⁶³ Contudo, não podemos mais ignorar os argumentos atuais de que nós podemos recusar a presença de debate sobre conexões e concepções cosmopolitas, universais ou globais no passado. É um truísmo – e, como todos os truísmos, por definição, pelo menos, parcialmente verdadeiros – que nosso presente, em constante mudança, continuamente revela aspectos do passado que foram negligenciados ou subvalorizados. Nesse caso, como em outros aspectos da história transnacional, duas abordagens são possíveis: ‘Uma primeira sugeriria que as conexões existiram e eram conhecidas pelos atores passados, mas foram esquecidas por alguma razão ou colocadas de lado. A tarefa dos historiadores seria, então, redescobrir os traços perdidos. Uma segunda visão colocaria, ao invés, que historiadores poderiam agir como eletricitistas, conectando circuitos por atos de reconstituição imaginativa ao invés de simples restituição’.⁶⁴ A primeira dessas abordagens – mais conectiva que comparativa, mais reconstitutiva que restitutiva – poderia ser preferível para a maioria dos historiadores, mas a segunda é, também, certamente necessária para a criação da distância histórica requerida entre imperativos passados e preocupações atuais. Nós certamente nos iludimos se imaginamos que não vemos essas preocupações através de um vidro escuro. Nós só estaremos aptos a vê-las claramente se as pusermos em uma perspectiva em longo prazo.

‘Classicismo’ – a ideia que ‘apenas o elevado, ou o grande, ou o altamente educado, tem sido o assunto, em geral, das histórias da mente individual, ou o próprio indivíduo – é uma acusação familiar contra a história intelectual em vez de uma falha própria da história intelectual com uma guinada internacional’.⁶⁵ J.S. Mill, por exemplo, refutara isso já em 1838 em sua defesa de Bentham e Coleridge:

filosofia especulativa, a qual ao superficial aparece como uma coisa tão remota aos assuntos da vida e exterior aos interesses dos homens, é, na realidade, a coisa, na Terra, que mais os influencia e, em longo prazo, domina todas as outras influências, salvo aquelas as quais deve ela mesma obedecer. Os escritores de quem nós falamos nunca foram lidos pela multidão, exceto pelos seus trabalhos mais leves, seus leitores eram poucos: mas eles têm sido os professores dos professores.⁶⁶

Entre os filósofos especulativos e a grande multidão estão os pensadores que Rothschild chamou de ‘intermediários’ ou de ‘pensamentos médios’, as reflexões daqueles tão indistintos para ser assunto da biografia intelectual individual, mas tão profusos em deixar seus traços reflexivos para serem subsumidos em algumas histórias das *mentalités*, especialmente, mas

⁶³ Rothschild, ‘Arcs of Ideas,’ 221.

⁶⁴ David Armitage and Sanjay Subrahmanyam, ‘The Age of Revolutions, c. 1760–1840: Global Causation, Connection, and Comparison,’ in Armitage and Subrahmanyam, eds., *The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010), xxxi.

⁶⁵ Rothschild, ‘Arcs of Ideas,’ 222. For implied rebuttals of this accusation, see, for example, Jonathan Rose, *The Intellectual Life of the British Working Classes*, 2nd edn. (New Haven: Yale University Press, 2010); Christopher Hilliard, *To Exercise Our Talents: The Democratization of Writing in Britain* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007).

⁶⁶ J. S. Mill, ‘Bentham,’ in *London and Westminster Review* 19 (August 1838), 467.

não exclusivamente, aqueles comprometidos na política pública de várias formas.⁶⁷ Tais pessoas eram normalmente intermediários e viajantes, membros das migrações massivas asiáticas, europeias e africanas que cruzaram (e recruzaram) os Oceanos Atlântico e Pacífico e as estepes, mas também agentes interculturais que trafegaram no conhecimento local e na criação da ‘inteligência global’⁶⁸. Como historiadores reconstruem suas formas de inteligência, e as histórias de suas ideias, nós podemos esperar encontrar evidências ainda mais disseminadas de formas de pensamento transnacional.⁶⁹

As definições cada vez mais elásticas de contexto demandadas pela história transnacional não deveriam deter os historiadores intelectuais. Alguns estão começando a questionar quão precisamente pode uma ideia ser entendida ‘no contexto’, se o contexto agora é definido para abranger comunicações intercontinentais, comunidades multi-idiomáticas ou a expansão de sistemas mundiais?⁷⁰ Aqui, novamente, as oportunidades podem ser maiores que os perigos. Cânones de relevância devem ser definidos, rotas de transmissões ativas (ou pelo menos plausíveis) mapeadas e escalas de referências calibradas conforme concepções contemporâneas do internacional ou do global; com tais fronteiras no lugar, seria factível reconstruir contextos espaciais significativos para as ideias que nós traçamos através das fronteiras e de comunidades discursivas limitadas.

Concepções historicizantes de espaço – do nacional, do internacional, do transnacional e do global – poderiam, de fato, ser a agenda indicada para a história intelectual após a “*international turn*”, assim como as concepções historicizantes de tempo foram o maior projeto para a história intelectual nos séculos XIX e XX. Essa agenda conduz inexoravelmente a questões que significam, para a história intelectual, seguir a “*global turn*”. Exatamente o que a história intelectual global compreenderia ou mesmo o que o seu objeto-assunto será, está ainda distante de ficar claro, embora debates vigorosos já tenham se iniciado.⁷¹ Se a “*global turn*” é apenas uma extensão lógica da “*international turn*” ou um empreendimento distinto em sua própria razão, resta saber. Com esses horizontes ampliados e com perspectivas atraentes, não é, certamente, prematuro dar boas vindas tanto à “*international*” quanto à “*global*” enquanto “*turns*” para o melhor na história intelectual, conforme elas tem sido para a escrita histórica *tout court*.

⁶⁷ Emma Rothschild, ‘Language and Empire, c. 1800,’ in *Historical Research* 78 (2005), 210; Rothschild, ‘Political Economy,’ in Stedman Jones and Claeys, eds., *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought*, 774-76.

⁶⁸ Simon Schaffer e outros, eds., *The Brokered World: Go-Betweens and Global Intelligence, 1780-1820* (Sagamore Beach: Science History Publications, 2009).

⁶⁹ Bose and Manjapra, eds., *Cosmopolitan Thought Zones*; Emma Rothschild, *The Inner Life of Empires: An Eighteenth-Century History* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011).

⁷⁰ Goto-Jones, ‘The Kyoto School, the Cambridge School, and the History of the Political Philosophy in Wartime Japan,’ 14 (‘historical context does not appear to overlap with spatio-cultural context’).

⁷¹ Donald R. Kelley e outros, ‘Intellectual History in a Global Age,’ in *Journal of the History of Ideas* 66 (2005): 143-200; Andrew Sartori, *Bengal in Global Concept History: Culturalism in the Age of Capital* (Chicago: University of Chicago Press, 2008); Antony Black, ‘Toward a Global History of Political Thought,’ in Takashi Shōgimen and Cary J. Nederman, eds., *Western Political Thought in Dialogue with Asia* (Lanham, MD: Lexington Books, 2009), 25-42; Samuel Moyn and Andrew Sartori, eds., *Global Intellectual History* (New York: Columbia University Press, 2013); Shruti Kapila, ‘Global Intellectual History and the Indian Political,’ in this volume.